

ar a velocidade  
fício, conte com a agilidade  
idadora multimarca.

alta velocidade. Por isso, sua empresa precisa contar com um fornecedor ágil e capaz de responder com rapidez. A Rio Branco é a distribuidora que melhor atende o mercado gráfico. Além do mais completo mix de produtos e grandes fabricantes nacionais e internacionais, a Rio Branco oferece um atendimento profissional e uma entrega rápida e pronta entrega em todo o Brasil. Por isso, quando sua empresa pensar em papéis, vá direto à Rio Branco. A Rio Branco é a distribuidora especializada em multisoluções para o mercado gráfico.

SAAN, Quadra 1, 370 • Tel.: (61) 3363 7518

# É preciso

Mais do que um exercício constitucional de cidadania, as eleições no Brasil são um exemplo clássico de exarcebamento da democracia. Na moderna e badalada urna eletrônica, depositamos não só o nosso voto, mas também todas as nossas esperanças por um país melhor, com ética e sem corrupção.

Durante esses meses que antecederam o dia da votação, acompanhamos candidatos propalarem todo o tipo de promessa. Prometendo mundos e fundos em troca de voto. Fomos bombardeados por propagandas de candidatos de todos os credos, cores e raças, que disputaram palmo a palmo o direito de se tornarem "nossos legítimos representantes". Para decidirmos quem será merecedor do nosso voto precisamos ter consciência e ver quem está realmente preocupado em projetos que promovam o desenvolvimento sustentado do país.

Não podemos permitir que sanguessugas e mensaleiros voltem ou continuem no Congresso Nacional costurando conchavos e enriquecendo às custas do povo.

A população brasileira sofre com o desemprego, com a falta de segurança e de investimentos em área básicas como saúde e educação. A grosso modo, todos esses fatores estão intrinsecamente ligados. Se não temos emprego, não temos acesso a livros e a uma boa educação. Também não temos segurança e morremos nas filas dos postos de saúde. Um ciclo vicioso, univitelino e que só será interrompido com uma política econômica que promova o acesso a linhas de crédito favoráveis e à desoneração tributária. Aliás, a redução dos impostos é lugar comum no discurso de todo candidato que se preza. Mas, ao contrário do que nos é prometido há tempos, entra governo, sai governo, situação, oposição, o que temos percebido é o aumento sistemático da carga tributária. Uma prática que inviabiliza e rechaça investimentos, engessando o crescimento e o desenvolvimento do país.

Responsáveis por gerarem os empregos – força motriz para o funcionamento saudável de uma economia -, os empresários, cada vez mais, se ressentem da falta de programas de incentivos e um "pacote empresarial" que tenha como objetivo aumentar a competitividade do setor e, por consequência, a geração de empregos.

É importante deixarmos claro para os nossos governantes que em todo mundo globalizado, a indústria de transformação tem especial importância nos principais índices formadores econômicos de um país, como o Produto Interno Bruto. Que o nível de desenvolvimento econômico de um país está ligado ao porte do seu parque industrial gráfico, ou seja, quanto mais forte é o segmento, mais avançada é sua economia. Principal entidade fomentadora do país, o Banco do Brasil é um exemplo de desestímulo para o empresário. Único responsável por liberar o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), inviabiliza operações, dificultando a concessão ao crédito e a aprovação de projetos. As absurdas garantias exigidas pelo Banco extrapolam o bom senso, no mesmo passo do juro cobrado, o maior do mundo. Em países como o Japão, por exemplo, o juro para operações desse tipo não ultrapassa 5% ao ano. Aqui, variam de 8,75% a 12%. Com o apoio governamental, os Bancos estrangeiros financiam 100% da operação, enquanto que no Brasil, o teto é de 80%.

[12, Refile, Artigo]



**“É preciso que os governantes, os eleitos e os remanescentes, tenham sensibilidade para nortear suas equipes de gestão rumo ao progresso. É preciso copiar modelos vitoriosos e bem sucedidos.”**

# Lei das Micro e Pequenas Empresas

Por ampla maioria, 308 votos a favor e apenas seis contra, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi aprovada no dia cinco de setembro no plenário da Câmara dos Deputados.

O Projeto (PLP 123/04), que foi discutido pelo plenário por quase três anos, reduz a carga tributária e desburocratiza o processo de abertura das empresas, além de ampliar o teto das empresas optantes pelo Simples. Pelas novas regras, o limite do faturamento bruto anual exigido para se beneficiar do Simples pula para 2,4 milhões. O aumento desse valor, que é o dobro do atual, permitirá que as empresas fiquem enquadradas nessa modalidade de imposto, mais barato, por mais tempo.

Para essas empresas, que representam 98% do total das existentes no país, o maior impacto da nova legislação será na redução dos impostos, que cairão dos atuais 18,62% para 11,61%, queda de quase 38%. Em alguns casos, a mordida do Leão poderá ser reduzida em 50%.

A nova Lei também prevê a uniformização dos impostos federais, estaduais e municipais (IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, PIS, INSS e ISS), que poderão ser pagos em uma única guia, e o fim da incidência de impostos sobre exportações, como já ocorre com as empresas de médio e grandes portes. Outra vantagem é que somente elas poderão participar das licitações feitas pelo governo no valor de até R\$ 80 mil, desde que pelo menos três empresas estejam concorrendo. Criada para incentivar o crescimento do pequeno empresário e tirar da informalidade cerca de 11 milhões de empresários, a aprovação da Lei é uma resposta do governo aos números negativos apresentados recentemente pelo IBGE, que mostram queda na produção industrial e o aumento da carga tributária.

Com a medida, a expectativa dos especialistas é de que sejam abertos pelas Micro e Pequenas Empresas, já nos próximos dois anos, cerca de dois milhões de novos postos de trabalho, além da regularização dos 13 milhões de trabalhadores que atuam nessas empresas sem carteira assinada. Na avaliação do relator do projeto, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), a aprovação da Lei vai beneficiar diretamente 23 milhões de pessoas e aproximadamente 69 milhões de



brasileiros que dependem indiretamente dessas uma revolução e vai preparar o caminho para um tributário compatível com os melhores do mundo. Paulo Okamoto, diretor-presidente do Sebrae, afirmou que os parlamentares deram um presente extraordinário às pequenas empresas". Segundo ele, a redução tributária para os empresários gerenciar melhor suas pequenas empresas. Em nota oficial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera que a aprovação do projeto da Lei das Micro e Pequenas Empresas representa a criação de um ambiente que promoverá a competitividade e a expansão dos pequenos empreendimentos".

Diz o texto ainda que "A CNI defende o aperfeiçoamento da Lei antes da aprovação no Senado, porque a realidade das micros e pequenas empresas é a de aumentar a produção e a oferta de empregos, apesar das desigualdades regionais e sociais e garantir o crescimento sustentado da economia." Para passar a valer, o Projeto ainda precisa ser aprovado pelo Senado, onde não deve enfrentar resistências. Na Casa, senador Renan Calheiros, afirmou que vai lutar pessoalmente para que a Lei Geral tenha a mesma aprovação no Senado. "O País dá, definitivamente, um grande passo para o crescimento econômico e ao futuro com a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Sua aprovação é uma conquista memorável, que vai impulsionar o desenvolvimento de um segmento chave da economia nacional, o das pequenas e médias empresas", disse.

O parlamentar ressalta que "as micros e pequenas empresas são responsáveis por cerca de 60% dos empregos e 23% de nosso PIB. Garantir um ambiente mais favorável para essas empresas é apostar no desenvolvimento da nossa economia". Nesse ritmo, o Projeto deverá ser apreciado no fim de outubro e caso não sofra alterações, sendo regulamentado, entra em vigor no dia primeiro de

# Entrevista: Roberto Arruda

[8, Refile, Entrevista]

ento, José Roberto Arruda, 52 Distrito Federal como lar depois de Itajubá. “Brasília me recebeu com tantos imigrantes, que eu honrar por ela”, lembra.

da de Carvalho e Maria Aparecida, o futuro engenheiro herdou a paciência para ver os sonhos em realidade. “Dou mais valor às metas que são realizadas com

inclui passagens pela direção Companhia Urbanizadora da Nova Brasília. Arruda foi também secretário Administrativo e Informática dos Transportes e Energia e secretário de Serviços do Distrito Federal.

Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal. Arruda foi secretário de Obras, primeira etapa do metrô local. Também foi responsável pelo transporte público de qualidade e metas para a melhoria da vida

de 1995 a 2001 e deputado federal pelo Distrito Federal, nas eleições de 2002, em Brasília. No Congresso, sempre teve uma atuação voltada para a defesa da população do Distrito Federal, sempre de fazer ou não oposição ao governo, pelo bem-estar da população de Brasília. Arruda luta acima das diferenças parti-

do. Mariane Vicentini, Arruda é pai de quatro adotados. A família é muito orgulhosa, é companheira. “Sem o apoio deles, os obstáculos difíceis de superar e as vitórias não seriam possíveis”, admite.

está sustentada a plataforma de trabalho?

**[Arruda]** Em três eixos: Integração, descentralização. Promoveremos atividades em saúde, educação, transportes, visando a melhoria dos serviços com maior produtividade e custos e também a integração das atividades da administração pública. O planejamento sistemático de todas as atividades, possibilitando eficiência, produtividade e, conseqüentemente, melho-



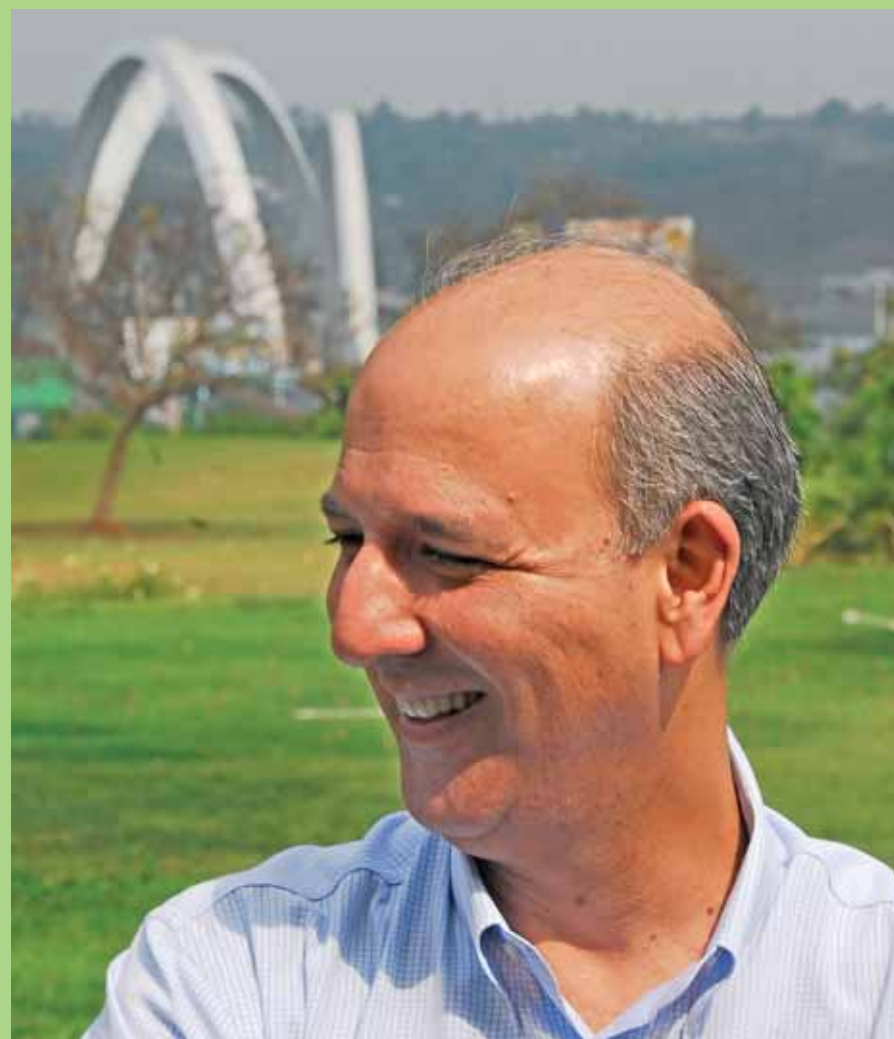
**“O mais importante é estabelecer uma política tributária que desonere gradativamente o sistema, de tal forma a aumentar nossa competitividade. Para incentivar ainda mais nosso setor gráfico, que pelas características de Brasília (presença da administração federal, nível de escolaridade da população etc) tem tudo para ser o terceiro ou até o segundo maior do País”**

ria e expansão dos serviços. Com a descentralização dos serviços públicos, estaremos aproximando o Estado do cidadão, aumentando a rapidez e eficiência na prestação de serviços e reduzindo a concentração que provoca a queda na qualidade de vida e na prestação dos serviços. Também vamos descentralizar a atividade econômica, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões, promovendo o crescimento econômico perto das moradias, reduzindo o tempo de deslocamento casa-trabalho e melhorando a qualidade de vida de todos. Por último, queremos a modernização da gestão pública e a criação de centros de excelência nos serviços de saúde, educação e segurança, com a informatização de todos os processos administrativos, acompanhamento de metas e redução de custos bem como a capacitação e valorização do servidor.

**[R]** Por que o senhor acha que deve ser o governador do DF?

**[JRA]** Porque acredito que temos um projeto para o Distrito Federal que contempla tanto as especificidades de nossa região quanto às necessidades de nossa população em áreas como saúde, educação, segurança, transportes públicos, lazer, cultura e geração de empregos e renda. Queremos diminuir o abismo que separa o Plano Piloto das cidades satélites. Eu conheço a realidade de todas as regiões do DF, desenvolvi obras e participei de projetos que consolidaram novos espaços urbanos, atuei como parlamentar tendo como prioridade a obtenção de recursos para Brasília, independentemente do partido do então governador. Além disso, tenho o apoio de segmentos vitais para conseguir a viabilidade de nossos projetos. Inclusive da população, se levarmos em consideração as pesquisas de intenção de voto.

**[R]** A Indústria Gráfica do DF é a quarta maior do país. Mesmo assim amarga, nos últimos três anos, uma crise sem precedentes que tem resultado em fechamento de empresas e demissões em um setor, que é responsável por cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos. A situação, em grande parte, decorre da



fuga dos trabalhos demandados do governo federal para outros centros. O que o senhor pretende fazer para coibir essa prática nociva para o DF que resulta, dentre outros pontos, na perda de arrecadação de impostos para o GDF?

**[JRA]** O mais importante é estabelecer uma política tributária que desonere gradativamente o sistema, de tal forma a aumentar nossa competitividade. Para incentivar ainda mais nosso setor gráfico, que pelas características de Brasília (presença da administração federal, nível de escolaridade da população etc) tem tudo para ser o terceiro ou até o segundo maior do País. Em nosso plano de governo estudamos a possibilidade de conceder benefícios no ISS de prestadores de serviços que utilizassem os serviços industriais locais. Uma editora que rodasse suas publicações em nosso parque gráfico, por exemplo, teria maior isenção no ISS. Estamos avaliando a repercussão jurídica dessa medida. Além disso,

acredito que outras medidas, como a instalação da Cidade Digital repercutirá positivamente no setor, por acrescentar novas demandas. Essa é outra prioridade de nosso governo.

**[R]** Outro fator que pesa muito para os empresários gráficos do DF é alta carga tributária. Enquanto outras localidades dispõem de programas de incentivo e de benefícios fiscais e tributários, que chegam a isentar os empresários em alguns casos, os empresários locais são obrigados a recolher integralmente os impostos. No caso do ISS, a diferença chega a ser de 5%; muito, se levarmos em consideração que a margem de lucro média nesse segmento é de 10%. Existe, portanto, algum projeto no sentido de incentivar o setor produtivo DF? Ou de beneficiar quem produz e recolhe seus impostos aqui?

**[JRA]** Creio que parte dessa pergunta foi respondida na anterior. Posso antecipar, contudo, que em nosso plano de governo estão pre-

vistas outras medidas para garantir a racionalidade tributária por meio de ações que equilibrem distorções do sistema. Vamos elevar o limite de faturamento para efeito de cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) simplificado. Atualmente, esse regime tributário prevê cobrança de alíquota de 2% sobre a receita mensal para empresas com receita bruta anual de até R\$ 120 mil, de 3% com receita de até R\$ 240 mil e de 4% com receita de até R\$ 360 mil. Vamos ainda facilitar a criação de novas empresas. Queremos consolidar, racionalizar e simplificar toda a legislação tributária do DF, desburocratizando os trâmites legais que dificultam a implantação de novos negócios. Vamos garantir tratamento tributário isonômico às empresas do DF em relação às vindas de outros estados. Serão criados mecanismos para evitar que empresas com sedes em outras cidades do País não usem os incentivos aqui concedidos para prejudicar as atividades econômicas em desenvolvimento no Distrito Federal. Com isto, evitar-se-á a competição predatória e o conseqüente prejuízo ao empresário local. Também faremos a elevação do Simples Candango. Atualmente o programa está limitado para as empresas com receita bruta anual de até R\$ 120 mil, o que representa apenas R\$ 10 mil de faturamento mensal, valor excessivamente baixo, que resulta em sonegação de impostos. Com a elevação desse limite, o microempresário, por exemplo, será estimulado a emitir notas fiscais, sem receio de ultrapassar um limite de faturamento que possa modificar sua situação tributária.

**[R]** Goiânia é um exemplo de parceria bem sucedida entre governo e empresários. Lá, os empresários dispõem de vários desses benefícios, como a redução do ISS. Recentemente, foi aprovada a Lei 15.720/06, que isenta do ICMS empresários que importarem máquinas gráficas sem similares nacionais. A medida está atraindo empresas do DF que montam seus domicílios fiscais em cidades do entorno, apesar de continuarem a operar no DF, com o objetivo único de gozarem do benefício. Vale destacar que os investimentos privados realizados em equipamentos de

**“O mais importante é estabelecer uma política tributária que desonere gradativamente o sistema, de tal forma a aumentar nossa competitividade. Para incentivar ainda mais nosso setor gráfico, que pelas características de Brasília (presença da administração federal, nível de escolaridade da população etc) tem tudo para ser o terceiro ou até o segundo maior do País.”**

produção (pré-impressão, impressão e acabamento) por empresários gráficos do DF ultrapassam, nesses últimos três anos, a cifra de R\$ 55 milhões. Existe a possibilidade de se aprovar no DF uma lei similar à aprovada pela Assembléia Legislativa goiana?

**[JRA]** Conheço a lei 15.720 e sei de seu impacto positivo não só no setor gráfico, mas também em outras áreas como o farmacêutico. Acredito que é mais do que possível encaminhar um projeto igual, de autoria do Executivo do DF, para a Câmara Legislativa. Quando eleito, quero me empenhar junto aos novos deputados distritais para que um projeto semelhante seja aprovado. Sua aplicação traz conseqüências para as indústrias de ponta, como as que queremos implantadas nos pólos digital e de agronegócios.

**[R]** A violência assusta cada vez mais. No DF também. Preocupados com essa situação, os gráficos se uniram ao governo e criaram o Conselho Comunitário de Segurança da Indústria Gráfica. Diz o Artigo 144 da Constituição Brasileira que segurança pública é dever do Estado, é direito do cidadão, e é responsabilidade de todos. Existe algum tipo de proposta específica para combater a violência no DF?

**[JRA]** A solução do problema de segurança pública no DF passa não só pelo aumento do efetivo e da frota e investimento em equipamentos de última geração, mas pela otimização do já existentes. Ampliaremos o número de policiais nas ruas, colocando membros da corporação, que hoje estão exercendo atividades administrativas, trabalhando externamente. Isso será feito com a construção de 300 novos postos policiais, um para cada duas mil residências. Acredito que a chave para

melhorar a segurança é o investimento preventivo, que será feito com os novos postos policiais, também com o investimento em equipamentos de fiscalização eletrônica, próximos a locais já considerados pela inteligência policial de maior risco. É importante, entretanto, que o crime aumente na mesma proporção das desigualdades sociais. Uma sociedade com mais empregos e com mais qualidade de vida, itens que são contemplados no meu programa de governo, as diferenças sociais reduzem conseqüentemente, sofre menos violência e criminalidade.

**[R]** O desemprego é um dos fatores que contribuem para o aumento da criminalidade. A Indústria Gráfica, por mais que se esforce, se esforça de mão-de-obra qualificada. Como melhorar a situação de os empregados desse setor, que estão em situações precárias, remunerados do DF. A prioridade é a qualificação e a capacitação profissional está contemplada no seu projeto de governo?

**[JRA]** A educação é prioridade em nosso plano de governo. Vamos investir na construção de escolas técnicas-profissionais e na descentralização do ensino profissional no nível superior, instalando faculdades da UnB nas cidades satélites. A intenção é promover a criação de núcleos de excelência educacional, formando profissionais para as áreas que têm maior demanda. Evidentemente, inclui o setor de tecnologia. Não só pela remuneração, mas também pelo potencial de criação de empregos no setor em curto e médio prazo. Para isso, estaremos investindo não só na valorização do profissional de educação, como também na capacitação dos professores e funcionários, com utilização da informática.